

RELATÓRIO DE ESTÁGIO - A INDEPENDÊNCIA DO JORNALISMO PRIVADO

Patrícia Guimarães Oliveira

Mestrado em Ciências da Comunicação

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa

2019

ÍNDICE

I – Introdução

II – Caracterização da Empresa - Jornal Público

III – Descrição das Funções Exercidas

IV – Reflexão

V – Conclusão

VI – Bibliografia

VII – Anexos

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende ser uma reflexão e análise do período em que efectuei estágio curricular no jornal Público, passando principalmente por relatar a minha experiência, focar a forma como a minha formação foi mobilizada no estágio, e como o estágio permitiu construir conhecimentos adquiridos na formação.

Depois de um ano e meio de aulas no mestrado em Ciências da Comunicação, na área de especialização de Estudo dos Media e Jornalismo, o segundo semestre do ano lectivo destinou-se à realização do estágio curricular, naquele que foi o meu primeiro contacto relevante com as rotinas jornalísticas e com todas as especificidades do mercado de trabalho na área.

Este estágio, inserido no contexto de mestrado, é, pois, a última etapa para a finalização do curso e obtenção do grau de mestre. Entre as datas de 2 de Janeiro de 2019 e 29 de Março do presente ano, realizei o meu estágio no jornal Público, em Lisboa.

A vaga para a realização do estágio foi-me logo concedida após a entrevista que realizei para o efeito, que consistiu numa pequena conversa onde a jornalista Bárbara Wong me questionou acerca dos meus objectivos e ambições, e onde me foi pedido que redigisse uma notícia a partir de um comunicado enviado para essa mesma jornalista. Após ter finalizado a notícia, foram-me dadas algumas orientações para tornar o texto mais apelativo e simples, e de seguida foram-me apresentadas as instalações da redacção, os jornalistas com que iria privar e fiquei então a saber que tinha ficado com a única vaga para a secção que me foi dada a escolher. Saber que seria a única estagiária daquela secção deu-me alento e confiança, mas também a noção de que a responsabilidade seria imensa e acrescida.

O facto de o Público e a Universidade Nova terem um protocolo conjunto em muito facilitou o processo de aceitação e a sua parte burocrática, uma vez que vários alunos da Universidade já tinham percorrido o mesmo caminho que eu estava prestes a explorar.

Durante esses 3 meses, estive inserida na secção do Local do jornal e contei com a orientação de Ana Fernandes, a editora responsável pela mesma secção, que em muito

contribuiu para a minha aprendizagem e desenvolvimento de conhecimentos previamente adquiridos na formação académica.

O estágio tem precisamente como objectivo inserir o aluno num contexto profissional, onde seja posta em prática toda a teoria previamente adquirida, consolidando assim conhecimentos num contexto prático.

Desta forma, farei uma contextualização histórica do Público, isto é, uma caracterização da instituição, de modo a que melhor se compreenda o caminho percorrido pelo jornal, qual a sua missão e actividades que desenvolve. Posteriormente, descreverei as actividades que pratiquei no jornal durante o estágio, focando os casos mais relevantes para a minha experiência e explicitando quais as motivações e posições adoptadas para esses casos. Finalmente, farei uma análise da independência e pertinência do jornal para o panorama nacional, reflectindo acerca da sua ética e liberdade política.

II. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA - JORNAL PÚBLICO

Público, Comunicação Social S.A. é um jornal diário matutino de referência em Portugal. O ponto de partida para a concepção deste jornal deu-se quando um grupo de jornalistas do jornal Expresso começou a discutir a possibilidade de criar um jornal diário que fosse sério, rigoroso, isento e exigente na sua abordagem. Após terem sido estabelecidos contactos com a SONAE que permitissem o avanço do jornal, estava ainda todo um trabalho pela frente. Em Abril de 1989, o presidente do grupo Sonae, Belmiro de Azevedo, e o primeiro director do Público, Vicente Jorge Silva, dão uma conferência de imprensa, em Lisboa, onde apresentam a “Magna Carta” do jornal. Aí se escreve, a abrir: “PÚBLICO é o lugar de encontro entre um grupo de jornalistas e um grupo empresarial, a SONAE, tendo em vista um objectivo comum: a criação em Portugal de um jornal diário que, através de uma aposta inovadora no plano editorial e tecnológico, reúna as energias necessárias para responder ao desafio de uma informação moderna e de qualidade no espaço europeu”.

Oficialmente fundado a 31 de Outubro de 1989, o jornal sofreu alguns problemas técnicos inicialmente e que fizeram com que a saída da primeira edição do jornal fosse adiada. Foi apenas passado 4 meses, a 5 de Março de 1990, que o Público viu o seu primeiro número ser editado e sair para as bancas, com a sucessão de Álvaro Cunhal no PCP como capa. A tiragem do primeiro número foi superior a 100 mil exemplares. Em Agosto do mesmo ano, o Iraque invade o Kuwait e o Público vê na cobertura desses eventos a primeira grande oportunidade para marcar a diferença pela qualidade. Já em 1991, quando foi iniciada a operação “Tempestade no Deserto”, liderada pelos EUA, o Público é o único diário com dois enviados no terreno. Nessa altura, já tinha a liderança entre os diários de referência nacionais.

O objectivo do jornal prendia-se pela divulgação da informação a um nível nacional, onde se quebrassem barreiras geográficas e se promovesse assim um diálogo aprofundado e quotidiano entre a sociedade. No entanto, convém referir que não é por haver uma parceria entre o jornal e a empresa em causa, que o jornal passaria a servir interesses empresariais ou fosse usado como um instrumento de propaganda do grupo

SONAE. O Público sempre assumiu a sua independência jornalística perante o grupo, e o grupo não confundiu o seu interesse estratégico nesta área, aceitando a parceria e reconhecendo credibilidade ao código deontológico de independência que este grupo de jornalistas apresentou e pretendia seguir. Asseguravam assim, de forma transparente, uma total autonomia na gestão face a quaisquer interesses dos accionistas, e assumiam não haver qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica.

Os jornalistas do Público regem-se assim por uma série de normas e princípios que asseguram a sua posição e profissionalismo. Entre vários, estão a defesa da democracia, que pressupõe a liberdade de expressão e direito à informação; a imparcialidade na elaboração de notícias mas, simultaneamente, o direito à não neutralidade quando valores humanos e da vida em sociedade estiverem em causa; o rigor, qualidade e criatividade do trabalho jornalístico; a rejeição de quaisquer pressões de carácter institucional, político, cultural, religioso, económico, militar, desportivo ou sindical, que limitem ou condicionem o exercício jornalístico; o respeito pela relevância dos factos investigados; a pluralidade das fontes e uma investigação cuidada, e poderiam ser mencionados outros princípios que, no entanto, opto por não referir devido à sua extensão.

O Público tem 7 suplementos temáticos que compõem o jornal, entre eles o da Economia cuja temática é a economia e os negócios; o Inimigo Público, que olha para a actualidade com humor e cujo lema é “Se não aconteceu, podia ter acontecido”; o Ípsilon, sendo a sua temática as artes; o Público Imobiliário, que incide no mercado da habitação e da economia imobiliária; o Digital, que incide na informática e nos computadores; a Fugas, cujo tema são as viagens; e a Pública, com a temática de sociedade e vidas.

O grafismo do jornal foi o mesmo durante 11 anos mas, com o aparecimento da internet e de um público cada vez mais exigente, em 2001 o jornal sentiu a necessidade de mudar e se adaptar aos novos tempos. Embora a mudança tenha sido significativa, o objectivo do jornal permaneceu sempre o mesmo: o de informar o leitor com rigor e isenção. Assim, a leitura do jornal passou a ser mais apelativa, clara e acessível.

Em Fevereiro de 2007, o jornal sofreu a sua segunda remodelação gráfica com a alteração de um formato de letras esguias e elegantes para um logótipo mais simples e

fácil de identificar. Esta alteração, tal como a anterior, veio da necessidade de o jornal querer inovar e adaptar-se à actualidade. A emergência da internet trouxe também a inevitabilidade de o Público corresponder a essa nova realidade e, assim, disponibilizar uma versão *online* do jornal lançada em Setembro de 1995, e alargando assim o âmbito da informação. O site oficial do Público (<http://www.publico.pt>) é um dos mais visitados a nível da comunicação em Portugal, incluindo um largo conjunto de serviços de informação como dossiers, cinecartaz, guia do lazer, opinião, edição impressa, espetáculos, televisão, sumários do Diário da República, meteorologia, entre outros e foi desde 1999 que se passou a incluir um serviço autónomo de notícias actualizadas várias vezes durante o dia. Actualmente, o jornal pende entre a plataforma impressa e a virtual e os responsáveis devem saber jogar com estes dois aspectos de forma consciente.

III. DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES EXERCIDAS

Inicialmente, ainda aquando da entrevista que realizei com o intuito de estagiar no jornal, foi-me dado a escolher entre a secção da Cultura, da Ciência ou do Local. O Local, como o nome indica, é uma secção que se prende por acompanhar a actualidade do país mas, uma vez em Lisboa, cobrir particularmente os acontecimentos da cidade, tanto a nível da política, como da educação, entre outros. Foi-me informado que é uma secção que se prende muito pelo trabalho de campo e, por isso, teria de fazer a recolha de informação nos locais próprios dos acontecimentos, contando com depoimentos de intervenientes e com o poder da observação.

Maioritariamente, foi um trabalho desenvolvido no âmbito da realidade lisboeta, que me rodeia diariamente e com a qual tenho contacto directo, podendo assim ter desenvolvido trabalho de campo, o que desde logo me suscitou o maior interesse e entusiasmo pois revejo-me bastante nesta forma de trabalho e ambiciono-a para o futuro.

Nessa mesma altura, tive também conhecimento do turno que iria fazer no jornal. Cumpri o horário das 10h30 às 19h30, hora de fecho da edição diária. De referir que os horários eram, naturalmente, flexíveis. Em vários dias fiquei na redacção depois da hora de saída e, noutros, entrei mais tarde pois tinha reportagens agendadas para o horário da manhã e não se justificava ir à redacção antes. Em muitos dos casos, esse tempo era recompensado no dia seguinte ou noutro que escolhesse. Aconteceu, por exemplo, sair em reportagem às 18h30 no dia 13 de Março, pelo que no dia seguinte fiquei com a manhã livre.

Fiz a cobertura de certos acontecimentos políticos, sociais e culturais da actualidade, passando pela recolha de informação no local, pesquisa que complementasse os eventos, bem como a sua necessária contextualização, e o posterior registo dessa mesma informação em forma de notícia ou reportagem, investigando o necessário (online ou noutros suportes) para uma melhor e mais alargada compreensão e eventual acrescento de informação, cruzando factos e depoimentos.

Ademais, foi-me também incumbida a responsabilidade de submeter na página *online* do jornal notícias breves provenientes de agências – particularmente da agência Lusa, por ser

portuguesa e estar mais próxima da realidade que para o Local interessa – e que tenham relevância nacional, não me reservando assim exclusivamente à capital lisboeta. Isto pressupôs que, de facto, a notícia pudesse até ser proveniente de agências e estar já redigida, mas isso não fez com que envolvesse menos pesquisa e apuramento dos factos, bem como a sua possível actualização face ao que estava previamente escrito. Assim, entrei em contacto (tanto por e-mail, como por telefone e até presencialmente quando assim foi possível) com as entidades e intervenientes referidos na notícia, de modo a poder acrescentar alguma informação adicional que contemplasse uma outra perspectiva que não a já existente, dada pela agência, e dando assim um cunho mais pessoal que diferenciasses o jornal Público dos mesmos factos noticiados por outros meios de comunicação.

Mas as funções que realizei no Público não se ficaram por aqui, nem se cingiram exclusivamente à secção do Local. A colaboração com outra secção do Público, a Fugas, foi também tida em conta e em muito ajudou à diversificação da aprendizagem que retirei do estágio, pois pressupunha uma outra forma de escrita e tratamento da notícia, diferentes daquela adoptada pelo Local. Esta secção tem um tópico em particular que escreve sobre novos espaços, mais especificamente sobre bares, que tenham aberto recentemente na cidade de Lisboa. Foi-me então pedido que fizesse a cobertura de um bar que abriu as suas portas no início deste ano, o Zénite Bar Galeria, naquela que foi a minha terceira notícia relevante realizada no terreno.

Durante as primeiras semanas do estágio, a adaptação ao funcionamento da redacção foi rápida e sempre progressiva. Logo no primeiro dia, foi-me dado um caso que requeria alguma investigação, investigação essa que não exigia que fosse ao local dos acontecimentos, mas necessitava que contactasse várias entidades (como a Câmara Municipal de Cascais, a Polícia Marítima, a Direcção Geral de Saúde, o ICNF, a Capitania do Porto de Cascais, entre outras) e contrastasse toda a informação recolhida. Isso fez com que a adaptação fosse facilitada, pois fui desde logo integrada no modo de execução das tarefas jornalísticas que ali se realizam diariamente. Devo, no entanto, confessar que no terceiro mês de estágio, quando já me encontrava totalmente adaptada às minhas tarefas e ao que estas exigiam, estava pois a dar-se o término do estágio no jornal.

Desde o início até ao fim do estágio, todas as peças produzidas, sem excepção, foram revistas e editadas pela própria editora do Local, também minha orientadora. Era a ela que

competia fazer a revisão de todos os elementos da notícia para que fosse publicada sem eventuais erros, quer ortográficos, quer factuais. Ainda assim, e aprendendo sempre com os reparos que me eram feitos e que elevavam a notícia ao patamar do jornal, a cada dia consegui adoptar uma postura mais independente e perceber como melhor adaptar a minha forma de escrita à que o Público segue; ou seja, à medida que ia produzindo mais peças, ia também percebendo que a criatividade e simplicidade são algo que se encontra no ADN do jornal. No entanto, tenho que salientar que nunca me foi retirada qualquer liberdade para a forma como redigia a peça, e incentivavam-me sempre a que pusesse em prática o meu próprio estilo de escrita.

No Público, como acontecerá naturalmente com outros órgãos de comunicação, muitos dos temas propostos ou a tratar acabam por receber depois um enfoque diferente, um ângulo que se enquadre nas especificidades do jornal e do público alvo do mesmo. Assim, e como já referido, foi sempre encorajada a criação de pontos de vista na criação das notícias para a edição impressa do jornal, mas também sugerida a produção de conteúdos para a página *online* que, por sua vez, recebe um diferente tratamento da versão impressa para melhor se adaptar à própria plataforma.

Todas as notícias produzidas devem ter fontes directas, isto é, as declarações inseridas nas próprias notícias devem ser recolhidas directamente pelo estagiário. Quando não existe a necessidade ou possibilidade de encontro presencial com as fontes, deve estabelecer-se o contacto através do telefone ou e-mail. Também as fotografias que acompanham e ilustram as notícias devem ser da autoria dos fotojornalistas do jornal, sendo que em caso de impossibilidade, podem ser utilizadas para o mesmo fim fotografias da agência Lusa, ou dos próprios sites das autarquias, ou seja, fotografias sem direitos reservados.

Durante o estágio, os trabalhos diários deviam ser entregues à editora responsável no máximo uma hora antes do fecho da edição, isto é, às 19h00. No entanto, tenho que admitir que nem sempre isto aconteceu, com vários textos, incluindo os meus, a serem editados depois das 19h00 devido à extensão da peça em si, ou por falta de tempo para a sua conclusão atempada.

Também é de ressaltar que, durante o estágio, foi clara a aposta do Público nas redes sociais, com destaque para o Facebook, servindo para divulgar grande parte das notícias realizadas a um público mais alargado e diversificado.

Análise Quantitativa

Durante o estágio no jornal Público, realizei exactamente 110 peças noticiosas, sendo que 80 foram notícias breves, muitas provenientes da agência Lusa e que nem sempre exigiam um contacto directo com as fontes, e as outras 30 foram inteiramente da minha autoria. A totalidade das peças foi partilhada no *online* e 8 delas foram publicadas na edição impressa do jornal.

Naturalmente, houve peças que se destacaram pela sua complexidade, pela proximidade que tive com as fontes nos locais e por uma questão de cariz e interesse pessoais. Dessas, as que produzi inteiramente, pode referir-se que 12 têm que ver com a cidade de Lisboa de uma forma geral (sobretudo sobre espaços, projectos, ideias e pessoas), 5 são relativas ao ambiente, outras 5 referem-se a acidentes, 4 dizem respeito à educação, 3 relativamente a política e uma associada à cultura.

Análise Qualitativa

Tal como referido anteriormente, as peças que foram produzidas neste estágio abrangeram diversos temas. Isto é algo que se prende pelo facto de a secção do Local abarcar todo o género de acontecimentos na cidade de Lisboa e que, por isso, podem ir desde a cultura à política, da educação ao ambiente. Além de ser mesmo essa a intenção, nunca tive problema algum em poder ficar com peças menos “apelativas”, ou com que não me sentisse tão confortável, o que só contribuiu para o desafio e para a minha aprendizagem acerca de áreas em que não estava tão confortável.

Admito, honestamente, que todas as peças valeram a pena, pois aprendi algo de novo com todas elas, tanto a nível de práticas jornalísticas como de maneira geral. Ainda assim, não estaria a ser totalmente sincera se não admitisse que houve peças que me deram especial

gosto em concretizar, e tive a sorte de logo desde o início me ter sido dada a oportunidade e responsabilidade de ir para o terreno e, seguidamente, escrever sobre esses acontecimentos.

Como referido anteriormente, logo na primeira semana foi-me depositada a confiança para cobrir diversos assuntos. Aquele que se destaca, não só por ter sido a minha primeira experiência noticiosa para um jornal, mas por ter acontecido logo no meu primeiro dia de estágio, e também pela dimensão do acontecimento em si, foi o caso de uma baleia bebé que deu à costa, já morta, na praia do São Pedro do Estoril e que acabou por ser queimada pela Polícia Marítima através do uso de pneus. Apenas dispúnhamos desta informação, prestada por um habitante local especialista que assistiu à ocorrência e alertou o jornal através de um e-mail, pelo que era necessário desvelar o caso e contactar todas as entidades competentes, neste caso a Câmara Municipal de Cascais - Cascais Ambiente, a Autoridade Marítima Nacional, a Direcção Geral de Saúde, o ICNF, a Capitania do Porto de Cascais e a própria fonte que nos alertou para esta situação, são apenas os maiores exemplos de contactos que efectuei para este caso.

Se no início tive dúvidas de que conseguiria reunir a informação necessária e construir a peça a partir daí, logo se desvaneceram pois não houve tempo para inseguranças e, quando dei por isso, estava já demasiado envolvida na recolha e contraste de depoimentos que não estavam a fazer sentido nem a ser coerentes entre si. Isso incentivou-me a fazer mais questões aos responsáveis por todo o processo e a ir evidenciando, subtilmente, as incongruências do que me diziam.

Devo confessar que, nesse primeiro dia, saí da redacção com um sentimento de satisfação inexplicável, e com o desejo de voltar ao trabalho todos os dias, de dar voz a casos que necessitam dela, não fosse esse o dever do jornalismo.

A segunda semana de estágio não foi diferente no nível de exigência, e estava-me reservada a cobertura de uma greve estudantil, organizada pelos próprios estudantes da Escola Secundária Camões, no centro de Lisboa. O objectivo era reivindicar por uma intervenção profunda na escola face à sua evidente degradação, como eu própria pude constatar. Como já tinha sido previamente informada de que iria para o terreno naquela quinta-feira, pude, atempadamente, fazer a devida pesquisa que o assunto merecia, e verificar que a situação já há muito se arrastava com a promessa, por parte do governo, de

que a escola iria efectivamente sofrer obras de intervenção, algo que até à data não se verificou. Preparei algumas possíveis perguntas que me auxiassem nas entrevistas que iria fazer a alunos, professores e funcionários, bem como ao Ministério da Educação. De facto, esta organização e preparação prévia revela-se fundamental, principalmente quando se é ainda inexperiente. Admito que fiquei um tanto ou quanto nervosa quando soube que ninguém me iria acompanhar ao local mas a minha orientadora, sempre calma e pacifista, deu-me alguns conselhos e explicou-me como deveria proceder. No final, a notícia acabou por ser publicada na versão impressa do jornal, o que acabou por se revelar bastante gratificante,

A partir daqui, e logo na semana seguinte quando me incumbiram um trabalho de cariz político, já tinha ultrapassado as minhas inseguranças e sentia-me confiante no trabalho que estava a desenvolver, embora que sempre com a preocupação de evoluir e melhorar. Foram-me sendo confiados mais trabalhos no terreno, que é o que realmente me inspira, e fui assim desenvolvendo mais capacidades para lidar com assuntos diversificados.

Caso disso foi o trabalho seguinte, que consistia em acompanhar o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, na entrega de casas municipais – ao abrigo do programa camarário Habitar o Centro Histórico – a pessoas com necessidades, problemas financeiros, ou que corriam o risco de serem despejadas das suas próprias casas. Neste âmbito, era de extrema importância recolher os depoimentos das pessoas a quem as casas estavam a ser entregues e falar também com Fernando Medina e tentar perceber o objectivo e o impacto deste programa na vida dos lisboetas. Uma vez mais esta notícia foi também publicada na versão impressa, bem como todas as notícias que descreverei daqui em diante.

No início do mês de Fevereiro surgiu uma outra notícia relevante para mim, pela originalidade do projecto em si e pelo facto de a arte azulejar me suscitar particular interesse. Era um projecto que dois empresários estavam a desenvolver para dar uma nova vida e cara à azulejaria portuguesa. A ideia consistia em pintar azulejos à mão que contemplassem símbolos icónicos da cidade de Lisboa (como a barca, o fado, a andorinha de Bordalo Pinheiro ou até o Santo António), mas de forma satírica e com uma forte vertente política. O objectivo era apresentar uma alternativa aos habituais *souvenirs* que transbordam pela baixa lisboeta, enquanto usam a ilustração para reflectir e falar de uma Lisboa em mudança. A visita às instalações da fábrica de azulejos no Chafitô revelou-se deveras útil pois, para além de ter

visto o processo de fabrico dos próprios azulejos, pude alargar os meus conhecimentos sobre os mesmos através da sabedoria destes profissionais que há muito se dedicam a esta arte.

Dois dias depois, estava a ser enviada para a biblioteca de Marvila, que estava a receber o projecto “Vidas e Memórias de Bairro: oficinas comunitárias da memória”, projecto esse acolhido pelas bibliotecas de Lisboa. A partilha de histórias que fazem parte da história, mas que não figuram nem nos manuais escolares, nem nos livros históricos, são o mote para este projecto que visa recuperar, preservar e difundir as memórias e vivências dos habitantes mais velhos da cidade, contando com narrativas na primeira pessoa, o que torna os seus testemunhos imprescindíveis para o conhecimento da história e do património de Lisboa. Quando estava a redigir a peça, tive em consideração os episódios mais divertidos e diversos que ilustrassem verdadeiramente o que era viver na Lisboa do século passado, dando um tom vivo e alegre à notícia, um pouco à semelhança dos próprios relatos dos intervenientes.

Ainda no final do mesmo mês de Fevereiro, destaco o encerramento da Tema, loja especializada em revistas e publicações internacionais que se situava na Avenida da Liberdade, e que tive o privilégio de ainda poder conhecer aquando da minha visita à loja para entrevistar os funcionários. Destaco esta peça não só pela importância que esta loja desempenhou na capital – por ter sido pioneira ao trazer para Portugal publicações estrangeiras que, de outro modo, não teriam cá chegado com tamanha diversidade – mas também porque, num tempo onde os estabelecimentos históricos da cidade vão cada vez mais desaparecendo para dar lugar a novos e modernos hotéis e restaurantes, pude experienciar na primeira pessoa o descontentamento e infelicidade dos clientes ainda habituais que por ali passavam naquele dia e iam sendo informadas do seu fecho. Essa pareceu-me ser uma parte importante a destacar na notícia, porque era visível o impacto que a novidade, dita pela própria voz dos próprios funcionários, tinha nas pessoas.

No mês de Março saliento ainda duas notícias que me são particularmente queridas, talvez também por ter a consciência que este foi o meu último mês de estágio. Uma pelo lado positivo, por ser um projecto que preenche uma lacuna na sociedade, outra pelo lado negativo, por uma vez mais revelar ser um reflexo da negligência de sucessivos governos quanto ao estado de degradação das escolas do país.

O primeiro caso pauta-se por ser um projecto social de inclusão, onde pessoas com mais de 55 anos que estejam em situação de desemprego, inactividade ou reforma, tenham a oportunidade de partilhar os seus conhecimentos e valências através da prestação de serviços ao domicílio. A ideia partiu de uma espanhola a viver em Portugal que constatou que aqui, à semelhança do que acontece em Espanha, há uma grande fracção da população que ainda é jovem mas se encontra inactiva. Para dar resposta a esta lacuna, a fundadora criou a organização 55+ que pretende ajudar pessoas nesta situação a combater a solidão, mantendo-as ocupadas. Ao mesmo tempo que prestam um serviço de qualidade e útil para o dia-a-dia, recebem ainda um pagamento pelos serviços que prestam a pessoas da comunidade com vidas mais activas e agitadas. Até à data da entrevista, no início daquele mês, eram 7 os serviços prestados. Desde apoio familiar a séniores e a crianças, serviço de jardinagem, aulas de música, *pet sitting*, pequenas reparações e ainda preparação de refeições, tudo ao domicílio. Dar voz a este projecto não só me pareceu interessante como absolutamente necessário, visto ser algo inovador e que, por estar no início, ser uma ideia que realmente precisasse de divulgação de forma a poder chegar a um mais alargado número de interessados.

Neste sentido, foi muito gratificante ver que o Público apoia a difusão destas ideias e, mais do que simplesmente criar uma peça com base no *site* e comunicado da organização, me incentivou a ir ao local falar com a própria fundadora e assistir a uma aula de música dada por um dos participantes a uma aluna mais nova.

A segunda notícia, que é também a última que escrevi para o jornal, refere-se à falta de condições da Escola Secundária Marquês de Pombal. Tudo começou com uma petição pública que a Associação de Pais da Escola Artística de Música do Conservatório Nacional lançou a exigir obras na Marquês, escola que é agora a casa temporária do Conservatório. Uma vez mais, poderia ter lançado a peça com base na petição e contactando algumas entidades como a direcção das duas escolas e o Ministério da Educação, algo que foi feito, mas presencialmente. Sugeri à minha editora adiar um pouco o lançamento da notícia com o intuito de ir à escola falar com os alunos e os directores de ambas as escolas. Em conversa com o director da Marquês, apercebi-me da degradação geral da escola e da incongruência da petição, que apenas exigia obras nas salas onde o Conservatório estava instalado. Estar no local permitiu-me entender que havia “dois pesos e duas medidas” no que ao estado da

escola dizia respeito, uma vez que esta tinha sido intervencionada pela Parque Escolar apenas nas zonas que viriam a ser ocupadas pelo Conservatório, negligenciando assim os alunos e toda a comunidade escolar da Marquês, que continuam perante a deterioração do restante edifício que não sofre intervenções profundas há mais de 40 anos.

É de destacar que o jornal nunca me impediu de investigar o que quer que fosse, ou de desenvolver quaisquer ideias por mim propostas desde que se revelassem adequadas ao paradigma que o próprio Público segue, tal como também é de referir que nunca me limitaram na escolha das notícias breves, provenientes da Lusa, que eu rigorosamente escolhia para submeter na página *online* do jornal.

Como critério para essa escolha de notícias breves, sempre tive em conta a pertinência e relevância da notícia para a actualidade e o número de leitores que essa mesma notícia poderia afectar, mas tive também em consideração que mais regiões para além da grande Lisboa e Porto fossem igualmente abrangidas pelo *site* do jornal. Em relação a este último aspecto, e talvez pela desconsideração que a maioria dos jornais tem relativamente aos meios mais pequenos, parece-me de extrema importância que se enfoquem assuntos muitas vezes esquecidos e ignorados pelos jornais nacionais, de modo a que essa fracção da população seja abrangida pelos mesmos e se reveja na ideologia e política do Público, que pretende ser o mais imparcial possível.

É, pois, um aspecto imensamente positivo que esta liberdade seja dada a um estagiário que, pela sua condição de “principiante”, poderia facilmente ser subjugado às decisões dos editores das respectivas secções. E ainda mais positivo, é o facto de não só me ter sido concedida essa liberdade, como haver um imenso espírito de entreajuda entre os profissionais com quem trabalhei no Local, que em muito me auxiliaram quando necessitei.

IV. REFLEXÃO

Ao longo de um ano e meio de aulas no mestrado, houve sempre a ideia generalizada de que nem sempre os planos de estudo das disciplinas fossem os mais adequados ou direccionados para o mercado de trabalho. Embora o curso esteja estruturado para que, dentro das opções existentes, os alunos tenham a liberdade de escolher as unidades curriculares que preferem ver exploradas na sua formação académica, estas nem sempre estão disponíveis para inscrição devido à falta de alunos interessados.

Uma das maiores preocupações prendia-se com o facto de a quantidade de unidades curriculares destinadas especificamente à aprendizagem e formação jornalística ser muito reduzida, quando comparada à oferta de cadeiras mais generalizadas. No fundo, apenas os módulos de ‘História e Teorias do Jornalismo’, ‘Questões Éticas e Deontológicas do Jornalismo’, ‘Teoria da Reportagem’ e ‘Retórica e Jornalismo’ (módulo este que não chegou sequer a ser leccionado no presente ano lectivo e, pelo que a Secretaria me informou, o mesmo tem acontecido nos anos anteriores) é que contemplam uma abordagem mais direccionada para a prática jornalística, e é sobretudo nestes módulos que se baseia a aprendizagem daquilo que seria a nossa actividade durante o estágio e, futuramente, profissional.

Na passagem da teoria à prática, concretizada no jornal Público, confesso que essa ideia começou a dissipar-se e a ganhar outros contornos. A verdade é que acabei por considerar fundamental a formação que recebemos em unidades curriculares como ‘Media e Sociedade’ e ‘O Campo e o Discurso dos Media’, que revelaram ser um alicerce e me deram uma bagagem essencial para a prática da actividade, tanto na procura como na construção de notícias. Foram, por isso, dois módulos que se revelaram dos mais importantes durante o período em que decorreu este estágio.

‘Media e Sociedade’ ajudou grandemente na compreensão da relação da esfera pública com os meios de comunicação sociais, clarificou o papel que os novos *media* desempenham na vida quotidiana, bem como na forma de estes serem participativos como ideologia. Textos que nos foram disponibilizados neste módulo

(como “O Público, a Esfera Pública e a Opinião Pública”, “Democracia Deliberativa e Reconhecimento: Repensar o Espaço Público” e “Media, Culture and Society”) foram um exercício de reflexão acerca da democracia, do uso do espaço público e da forma como os *media* se relacionam com todos estes conceitos nos dias que correm. Na minha opinião, a prática de um bom jornalismo passa por compreender todos estes meandros e por ponderar acerca dos desafios que os novos meios de comunicação vieram trazer à sociedade – tanto como forma de difusão da informação, como como forma de debate público e meio de expressão individual.

Já o módulo de ‘O Campo e o Discurso dos Media’ revelou-se útil no sentido de melhor se perceber os vários contornos que os meios de comunicação social podem assumir, e a forma como o comportamento humano diverge nessas diferentes plataformas de comunicação. Ou seja, este módulo foi particularmente dedicado ao estudo da constituição do campo dos *media* no cerne da experiência moderna, e também pretendeu dar instrumentos de análise para que fosse possível reconhecer as várias práticas discursivas assumidas pelos *media*. Neste sentido, a visualização de pivôs de televisão a apresentar telejornais, de várias entrevistas, reportagens e até vídeos humorísticos, permitiu uma melhor análise do comportamento humano e espelhou a forma como as pessoas interagem entre elas e, por outro lado, como a forma de interação se altera na presença de meios de comunicação sociais, especialmente quando há câmaras.

Quanto aos módulos que inicialmente pareciam mais óbvios para o desenvolvimento de competências durante o estágio, como é o caso de ‘História e Teorias do Jornalismo’ e ‘Questões Éticas e Deontológicas do Jornalismo’, mostraram-se obviamente essenciais especialmente no que toca à relação e tratamento das fontes de informação, e quanto ao conhecimento de princípios de ética e deontologia nacionais e internacionais, indispensáveis ao exercício de qualquer função jornalística.

Relativamente a ‘Teoria da Reportagem’, uma das unidades curriculares que mais me entusiasmou pelo seu cariz prático, posso avançar que foi também dos módulos que me deu mais alicerces para a construção de uma boa peça jornalística. No seu programa curricular, estava incluída a entrega obrigatória de 4 trabalhos (um de reportagem e ficção, outro de jornalismo literário, um terceiro de reportagem e

documentário e um último que requeria que fizéssemos uma reportagem de investigação mais séria). Estes trabalhos, infelizmente, foram a experiência académica mais próxima que tive com a realidade profissional do jornalismo antes do estágio, uma vez que nos incentivava à procura de temas apelativos e nos obrigava a ter alguma criatividade, ao mesmo tempo que treinávamos diferentes géneros de peças jornalísticas. Revelou ser um dos módulos que mais certezas me deu de estar no curso certo e a percorrer o caminho que tracei no início da minha demanda académica, e manifestou-se extremamente vantajoso uma vez que não sou licenciada em Ciências da Comunicação, mas sim em Filosofia, e sentia uma enorme lacuna quanto à forma de escrita jornalística e a necessidade de bases mais concretas. Ademais, o docente do módulo ia sempre acompanhando os nossos trabalhos e dando-nos críticas construtivas sobre aspectos a melhorar, o que facilitou imenso o processo de aprendizagem por ser algo progressivo.

Penso, de facto, ter compreendido e trabalhado de acordo com os meios jornalísticos que aprendi e que, mais tarde, enfrentei ao longo do estágio. No fundo, o jornalismo não deixa de ser uma área em que se aprende fazendo e é na prática (mais concretamente neste estágio) que surgem as maiores dificuldades, mas é daí que advêm também os maiores ensinamentos.

V. CONCLUSÃO

A experiência de estágio foi determinante e revelou-se extremamente positiva quando contrastada com a aprendizagem teórica obtida no mestrado; ou seja, as aptidões práticas adquirida neste estágio curricular não poderiam ser melhor complementadas com a teoria académica previamente obtida. Tal como anteriormente referido, a prática ensina-nos mais do que a teoria no que ao jornalismo diz respeito, e, assim sendo, o estágio acaba por ser uma parte decisiva do mestrado e faz todo o sentido que assim continue a ser.

Apesar de ser um estágio curricular apenas integrado no último semestre do mestrado, o Público (e qualquer estágio em si) proporciona a entrada numa realidade que em muito se aproxima da profissional. Pois, na verdade, o estágio acaba por ser o primeiro contacto que a maioria dos alunos tem com a realidade do meio profissional da comunicação e, desta forma, a primeira experiência relevante e mais aproximada daquilo que é efectivamente a profissão de um jornalista.

No Público, além do processo de evolução na aprendizagem adquirido através da elaboração de cada notícia, há toda uma oportunidade de experienciar a realidade do funcionamento e hierarquia de uma redacção, como a pressão de entregar um texto a tempo e horas do fecho da edição diária, e também a dificuldade de aceder a certas fontes sem que se ultrapassem códigos éticos e deontológicos. No entanto, e como já referido, é um estágio que permite grande liberdade aos estagiários e que os lança, sem constrangimentos, para aquela que é a realidade jornalística de hoje em dia.

Ao longo daqueles que foram 3 meses de estágio, tentei produzir o máximo de notícias que estavam ao meu alcance, quer em quantidade como em qualidade. Devido à sua variedade, foi sempre possível aprender algo de inovador em cada peça que produzi, talvez pela diversidade de pessoas com que me cruzei, mas muito se deve ao incentivo do próprio jornal. Cobrir diversos temas e escrever em diferentes formatos permitiu-me alargar a aprendizagem obtida previamente em contexto académico, ganhar mais competências e experiência em cada uma das notícias, o que certamente fez com que ganhasse maturidade e um leque de valências que prevejo ser imensamente útil em qualquer actividade que venha a desempenhar na área, quer seja na procura de emprego como no desempenho de actividade profissional que escolhi.

O estágio coloca na prática tudo aquilo que foi aprendido na licenciatura e no mestrado, e acaba por ser nele, mais do que durante o tempo em que decorre o curso, que se afirma e decide quem tem as valências para ser jornalista e dedicar-se à profissão no futuro.

VI. BIBLIOGRAFIA

Silveirinha, Maria João, “Democracia Deliberativa e Reconhecimento: Repensar o Espaço Público”

Torres da Silva, Marisa, “As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: Uma forma de comunicação e debate do público”, Capítulo 1, pp. 7-48

<http://mcs.sagepub.com/content/35/1/87>

https://comunicamos.files.wordpress.com/2008/03/ocs_publico.pdf

<https://www.publico.pt/2018/08/16/opinioao/noticia/os-compromissos-da-direccao-editorial-1841144>

VII. ANEXOS